

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS INFORME BRASIL N° 063

Período: de 04/01/03 a 10/01/03

Franca – Brasil

- 1 - Lula suspende licitação para compra de caças
- 2 - Comandantes das Forças Armadas preocupam-se com as restrições do governo
- 3 - Exército aceita recuperar rodovias, mas quer reequipar batalhões.
- 4 - Polêmica em torno da declaração do ministro Amaral
- 5 - Congressista defende que preservação ambiental passe a ser atribuição da Defesa
- 6 - Reforma Previdenciária deverá alterar regime de aposentadoria dos militares

Lula suspende licitação para compra de caças

O presidente Luís Inácio Lula da Silva determinou no último dia 03 a suspensão, por um ano, do processo de licitação para a compra de 12 caças FX para a Força Aérea Brasileira (FAB), ao preço estimado de U\$\$ 760 milhões. O anúncio foi feito pelo ministro da Defesa, embaixador José Viegas Filho, depois de conversar com o Presidente e com o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos Bueno. O ministro da Defesa ressaltou que não há a menor dúvida de que o governo manterá o compromisso de prestigiar e valorizar as Forças Armadas, mas diz que tem como prioridade tratar das causas sociais. O porta-voz do governo, André Singer, reiterou que o projeto não foi cancelado, mas, segundo ele, o governo de Lula quer evitar contrair o empréstimo necessário para aquisição dos aviões. Entretanto, o tema ainda será discutido junto ao Alto Comando da Aeronáutica. O ministro garantiu que a notícia foi bem aceita na Força Aérea e, portanto, não acredita que haja insatisfação por parte dos militares. Foi cogitada a possibilidade de alugar caças usados. Segundo o ministro, é preciso estudar soluções intermediárias e preliminares antes da aquisição dos caças definitivos. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 04/01/03)

Comandantes das Forças Armadas preocupam-se com as restrições do governo

Apesar de compreenderem os problemas sociais que atingem o país e declararem que estão dispostos a colaborar com a política do governo de combate à fome, os comandantes militares estão preocupados com as restrições orçamentárias que lhes estão sendo impostas. Nos discursos de posse dos comandantes, o almirante Roberto Guimarães Carvalho, comandante da Marinha, disse estar preocupado com a situação da mesma. Segundo ele, a força corre o risco de não estar preparada para cumprir sua função constitucional caso isto seja necessário, devido aos cortes orçamentários que vem sofrendo desde governos anteriores. O comandante do Exército, general Francisco Roberto Albuquerque (que ocupa agora o lugar antes ocupado pelo general Gleuber Vieira), considerou o orçamento da força diminuto e diz ter esperança de que num futuro bem próximo o Exército tenha recursos para cumprir suas funções. O comandante da Aeronáutica mostrou-se compreensivo e esperançoso de que demais projetos da Força Aérea Brasileira

não sejam interrompidos. Em geral, apesar de estarem insatisfeitos com os cortes, os comandantes das três forças dizem acreditar que tão logo o governo tenha condições, voltará a atender aos projetos das Forças Armadas. (O Estado de S. Paulo – Nacional - 04/01/03)

Exército aceita recuperar rodovias, mas quer reequipar batalhões.

O Exército concordou em cooperar com o Ministério dos Transportes para a recuperação das rodovias de todo o país, mas o ministro da Defesa, José Viegas Filho, afirmou que serão necessários recursos adicionais buscados pelo Ministério dos Transportes para que os acordos de cooperação sejam viabilizados. O Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, acertou nesta segunda-feira (06), durante reunião com Viegas, a participação do Exército não só na recuperação das rodovias, mas também na fiscalização de obras e na aplicação de recursos públicos no setor. Viegas informou que os 11 batalhões de engenharia do Exército, com 625 homens cada e os equipamentos atuais, são capazes de construir cerca de 800 quilômetros de rodovias por ano. O respaldo técnico viria do Instituto Militar de Engenharia (IME). O comandante do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque, prefere fazer um levantamento dos recursos atuais e da necessidade de reequipamento antes de estimar a capacidade dos batalhões. O Ministro dos Transportes, Anderson Adauto, destacou, no entanto, que nem todas as obras serão feitas pelo Exército. Na reunião com o Ministério da Defesa também ficou acertada a participação da Marinha na realização da sinalização e balizamento de portos e hidrovias, que deve começar em fevereiro. Na próxima semana, os dois ministérios voltarão a se reunir para detalhar o convênio de cooperação. (Folha de S. Paulo – Brasil - 06/01/03)

Polêmica em torno da declaração do ministro Amaral

O ministro da Ciência e Tecnologia, Roberto Amaral, disse que tanto a área espacial como a nuclear serão prioridades de sua pasta e que concorda que o Brasil busque o conhecimento necessário para a fabricação da bomba atômica. Segundo ele, apesar de o país ser contra a proliferação de armas nucleares (posicionamento reiterado pela assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear -TNP), não se pode renunciar ao conhecimento científico. A declaração do ministro gerou muita polêmica tanto no âmbito nacional quanto internacional. Na Argentina, a declaração teve ampla repercussão. Os meios de comunicação, e em especial o jornal *Clarín*, deram ênfase ao fato. O presidente argentino Eduardo Duhalde, que irá a Brasília no próximo dia 14 em visita oficial, afirmou que não serão feitas declarações sobre o caso enquanto não houver posicionamento definitivo do ministro Amaral. Segundo o *Clarín*, a declaração de Amaral não simboliza perigo para a Argentina, mas uma quase inevitável fonte de conflitos com os Estados Unidos. Apesar disso, o jornal sinalizou que o caso pode se tornar motivo de rivalidade entre Brasil e Argentina. O analista de política internacional Júlio Cirino foi mais direto e disse que existem riscos de desequilíbrio de forças regionais. Cirino diz crer que a real preocupação do Brasil não seja a bomba, mas o submarino nuclear. Tentando amenizar o impacto da declaração do ministro em Washington, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, declarou no dia 7 que o Brasil poderá investir em pesquisa nuclear, mas não tem nenhum interesse no desenvolvimento da tecnologia de bombas atômicas. De acordo com Amorim,

nenhuma autoridade dos Estados Unidos ou de outro país pediu explicações ao Brasil. O ministro Amorim decidiu tratar o assunto diretamente com o colega Amaral. Segundo Amorim, Amaral disse que defendeu o desenvolvimento da tecnologia nuclear pelo Brasil assim como defende o da tecnologia espacial", relatou. As declarações reanimaram uma parcela da comunidade científica nacional, mas levaram o Itamaraty a lidar com o primeiro deslize do governo na esfera internacional. Em tempos de tensão em torno da decisão da Coréia do Norte de reativar seus reatores nucleares com fins armamentistas e das atribuições conferidas aos Estados Unidos por sua nova política de segurança nacional, a diplomacia brasileira poderia esperar qualquer movimento do governo, menos uma declaração de um de seus ministros em favor do projeto nuclear do País. Embora o Brasil tenha incluído na sua Constituição de 1988 a proibição ao uso dessa tecnologia para fins que não sejam pacíficos e seja signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) desde 1998, diplomatas afirmaram que as declarações de Amaral sobre esse assunto a um meio da imprensa estrangeira poderão sempre gerar dúvidas em relação à finalidade das pesquisas brasileiras, seja por parte dos Estados Unidos ou dos países vizinhos da América do Sul. Segundo Amorim, o Brasil continuará lutando pela não proliferação nuclear. De acordo com o físico e secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, as declarações do Ministro Amaral lembraram o posicionamento dos governos militares e isto pode comprometer a imagem do presidente Lula no exterior. Usando as palavras do secretário: "são declarações extremamente desapontadoras, dentro de um governo que elegeu como prioridades o desenvolvimento e o combate à fome. A posse de armas nucleares não vai ajudar a resolver tais problemas. Pelo contrário, vai gastar recursos de outras áreas e prejudicar a posição internacional do Brasil". Goldemberg disse que até 1991 o Brasil estava na "lista negra" dos EUA, ao lado do Iraque e da Coréia do Norte, pela falta de transparência em seu programa nuclear. "O ministro parece ignorar este fato", disse o secretário. "O País teve até vetada pelos EUA a importação de um supercomputador para a Petrobrás por causa disso". Para Goldemberg, o Brasil não conseguirá maior prestígio internacional com armas nucleares. "Isto deve ser obtido pelo progresso econômico e social. O Paquistão e a Índia, que dominam esta tecnologia, não aumentaram sua segurança. Pelo contrário, aumentaram a insegurança. Além disso o Brasil é signatário do tratado de não-proliferação de armas nucleares", disse. Ele alertou ainda para problemas com países vizinhos, já que o Brasil também assinou tratado com a Argentina. O secretário rechaçou ainda os argumentos de Amaral, que diz que tal conhecimento serviria para fins científicos e energéticos. "Quando se pretende enriquecer urânio a 93% não é mais para aplicação científica, mas para a produção de armas". Segundo ele, o País já domina o "ciclo de enriquecimento de urânio" para fins científicos e tem pesquisas nucleares "bastante desenvolvidas". "Faço parte de uma geração de cientistas que arriscaram suas carreiras e sua segurança para se opor aos planos dos militares na área. Agora um governo, eleito democraticamente, quer encampar um projeto sepultado", criticou Goldemberg. O governo tentou contornar o mal-estar criado pelas declarações do ministro Amaral: o porta-voz da Presidência da República, André Singer, afirmou que o governo é favorável a pesquisas nessa área apenas com fins pacíficos. O Ministério da Ciência e Tecnologia distribuiu nota oficial na qual manifesta "de forma enfática" sua posição "contrária a qualquer

atividade relacionada à produção de armas nucleares”. De acordo com a nota, a referência básica da política nuclear brasileira é o artigo 21 da Constituição, que proíbe a utilização da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. O documento lembra ainda que a atividade nuclear no País é controlada pelo Congresso Nacional. Ainda em defesa de Amaral, o futuro presidente da Eletrobrás, o físico Luiz Pinguelli Rosa, disse ontem no Rio que houve má interpretação da frase do ministro. “Não há a mínima chance de isso acontecer, nem mesmo de o Brasil deter a tecnologia nuclear com esta finalidade”, disse Pinguelli, que é membro do Conselho Mundial para a Eliminação da Bomba Nuclear, fundado por Albert Einstein. Segundo Pinguelli, o ministro teria sugerido que o Brasil procurasse desenvolver a tecnologia nuclear com a finalidade de produzir energia. “O Brasil produz reatores atômicos e deve desenvolver tecnologia para isso”, comentou. Segundo ele, o País tampouco promove o enriquecimento do urânio em níveis suficientes para o desenvolvimento da bomba atômica. “O Brasil é uma liderança no combate à bomba atômica e signatário do tratado que prevê a não proliferação das existentes”. (Folha de S. Paulo – Brasil - 06/01/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 06/01/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 07/01/03; O Estado de S. Paulo – Internacional - 08/01/03; O Estado de S. Paulo – Nacional - 08/01/03)

Congressista defende que preservação ambiental passe a ser atribuição da Defesa

O deputado Paes Landim (PFL-PI) apresentou no ano passado à Câmara dos Deputados uma proposta de emenda do artigo 225. Ele sugere que as ações de defesa, preservação e recuperação do ambiente deixem as mãos do Ministério do Meio Ambiente e passem para o Ministério da Defesa. "Estou convencido de que a presença do Brasil no mundo globalizado implica a necessidade de um órgão federal unificador, e este deve ser o Ministério da Defesa, atuando por intermédio de seus componentes militares", afirmou Landim. A proposta havia sido arquivada por causa do fim do mandato de Landim, mas como o deputado foi reeleito, ela pode ser retomada. (Folha de S. Paulo – Ciência – 10/01/03)

Reforma Previdenciária deverá alterar regime de aposentadoria dos militares

Uma das medidas que deverá ter maior repercussão na reforma da Previdência Social prometida por Luiz Inácio Lula da Silva será a aposentadoria dos militares. O ministro Ricardo Berzoini deixou claro nesta quinta-feira (09) que não quer exceções na criação do Sistema Único da Previdência, que pretende reunir todas as regras previdenciárias do País, equiparando os servidores públicos aos trabalhadores da iniciativa privada. "Sobre os militares, acho que é uma decisão política que o governo terá de tomar em algum momento, mas eu não gostaria de trabalhar com nenhuma exclusão da previdência única", disse o ministro. Para os militares, que recebem hoje o equivalente ao salário integral de fim de carreira, os vencimentos seriam reduzidos para o teto comum pago pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que está em R\$ 1.561,00. O ministro Berzoini, que é filho de oficial do Exército, reconhece que os servidores das Forças Armadas têm vida profissional diferente dos civis. Esse é um dos argumentos utilizados contra as alterações para essa categoria: "para começar, eles não se aposentam, passam para a reserva", disse. "E sempre

existe a possibilidade de eles serem convocados a qualquer hora." Mesmo assim, para o ministro, apoiar a idéia de que determinadas categorias tenham um regime diferenciado de aposentadoria iria contra a natureza da reforma. Atualmente, os militares pagam 9,5% do seu salário como contribuição e os aposentados também descontam um porcentual para a pensão da família. Antes da reforma da Previdência do governo Fernando Henrique Cardoso, eles contribuía com menos do que isso. Segundo os estudos feitos na época pelas próprias Forças Armadas, o valor da contribuição dos militares seria suficiente para custear as despesas de aposentadoria. Os militares já se consideram uma categoria sacrificada e alegam ter tratamento diferenciado em todos os países do mundo. Portanto, alterar essas regras poderia gerar insatisfação na caserna. O governo Fernando Henrique praticamente não alterou a aposentadoria dos militares: a Emenda Constitucional número 20, promulgada em dezembro de 1998, apenas acabou com alguns privilégios considerados absurdos, como a pensão vitalícia para filha solteira. Essa pensão, deixada pelo pai militar, foi extinta a partir da reforma, mas ainda vale para quem a recebia até então. (O Estado de S.Paulo – Geral – 10/01/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: www.correioweb.com.br

Folha de S.Paulo: www.folhaonline.com.br

Jornal do Brasil: www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo: www.estadao.com.br

O Globo: www.oglobo.com.br

Informe Brasil é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq, Adele Godoy, bolsista PAE/Unesp e coordenado por Luciene Capellari. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.